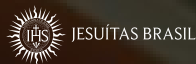


Cadernos
IHU *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 14 • n° 244 • vol. 14 • 2016

A função-educador na
perspectiva da biopolítica e da
governamentalidade neoliberal

Alexandre Filordi de Carvalho

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal

The function-educator in the perspective of biopolitics and of neoliberal governmentality

Resumo

O texto tem por objetivo mostrar a relação indissociável entre biopolítica e governamentalidade neoliberal. Para tanto, baseado no pensamento de Foucault, utiliza-se de três cenas que funcionarão como intercessores de compreensão deste cenário. Por fim, problematiza-se como a própria função-educador, em seu corpo conceitual, pode ser um eixo de beligerância no cenário da biopolítica e da governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: Biopolítica; Governamentalidade Neoliberal; Foucault; Função-Educador.

Abstract

The text aims to show the inseparable relationship between biopolitics and neoliberal governmentality. To this purpose, based on Foucault's thought, it takes three scenes who will act as intercessors of understanding of this scenario. Finally, it discusses the how the own educator-function, in its conceptual body, can be a belligerence axis on the context of biopolitics and the neoliberal governmentality.

Keywords: Biopolitics; Neoliberal Governmentality; Foucault; Educator-Function.

Cadernos
IHU *ideias*

**A função-educador na
perspectiva da biopolítica e da
governamentalidade neoliberal**

Alexandre Filordi de Carvalho

UNIFESP/CNPq

Processo 2016/05440-7, Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 14 • nº 244 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 244 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Jean Scheijen (Freemagens)

Revisão: Carla Bigliardi

Editores: Rafael Tarcísio Fomeck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A FUNÇÃO-EDUCADOR NA PERSPECTIVA DA BIOPOLÍTICA E DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

Alexandre Filordi de Carvalho
UNIFESP

Introdução

Uma perspectiva é uma direção. Como ensinou-nos Nietzsche, uma valoração, um cindir. Pensar a função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal convoca o exercício da valoração. Não para ir na direção de, mas para ir contra algo. Como pensar a função-educador contra a perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal? O que a função-educador pode efetivar neste cenário? Ela diz respeito a quê? Quais as implicações para o fazer-se educador no registro da função-educador? Mas qual a consistência conceitual da função-educador, isto é, que perspectiva ela é capaz de engendrar? No que ela milita? Por que milita? Com quais consequências?

Para tanto, em primeiro lugar, procuro mostrar o que estou compreendendo por biopolítica e por governamentalidade neoliberal. Passearemos por três cenas que funcionarão como intercessores de compreensão deste cenário. Em seguida, abordarei a própria função-educador, problematizando a sua dimensão, ou melhor, o seu corpo conceitual como eixo de beligerância no cenário da biopolítica e da governamentalidade neoliberal.

1. Biopolítica e governamentalidade neoliberal: trajetividades de um mesmo foco de experiência

Na primeira aula do curso *O governo de si e dos outros*, Foucault (2011) ensinou-nos que nenhuma experiência histórica emerge sem a articulação do que ele chamou de focos de experiências. Um foco, como é óbvio, é uma perspectiva com determinada intensidade, é a tomada de vista de um ponto, um ponto de vista. Qualquer experiência está engendrada como experiência possível por focos. Se se muda o foco, a experiência também será alterada. É por isso que a loucura, a anormalidade,

o prazer em si, não podem existir para Foucault, pois são focos de experiências. Ora, uma múltipla contaminação de saberes, matrizes normativas de comportamento para os indivíduos e modos virtuais de existência para sujeitos, segundo Foucault, compõem os nossos focos de experiência. Correndo todo o risco de simplificação, mas privilegiando o que aqui me interessa, diria que a biopolítica e a governamentalidade neoliberal estão assentadas nas delimitações próximas de alguns focos de experiências que envolvem saberes específicos, empreendimentos na condução da conduta humana e a produção de modos específicos de existência para os sujeitos.

A noção de trajetividade desenvolvida por Paul Virilio em *O espaço crítico* (1994) nos auxilia a potencializar a compreensão de tudo isso. A trajetividade é uma passagem constante, um deslizamento irrecuperável posto entre as condições objetivas do existir e as suas condições subjetivas, quer dizer, entre a maneira pela qual um dado objetivo, como, por exemplo, a escassez, é tratado subjetivamente por alguém, conforme o aspecto trajetivo do fazer-se com e na escassez. Ora, todo foco de experiência produz trajetos possíveis como campo histórico para modos de ser. O problema está na consolidação naturalizada dos trajetos, ou seja, dos rumos pelos quais passamos a viver, a sentir, a querer, a trabalhar, a gozar; rumos pelos quais significamos e justificamos nossas experiências, nossas doenças, nossas patologias, nossos impedimentos de experimentação subjetiva; rumos pelos quais aceitamos as coisas como se não fossem invenções históricas e como se não pudessem ser diferentemente do que são. Mas também trajetos e rumos pelos quais reabsorvemos e repassamos nossas experiências com a educação.

Compreender alguns vetores da trajetividade biopolítica e da governamentalidade neoliberal é, como Foucault nos inspirou, remexer os sedimentos depositados no fundo dessa experiência. Mas antes mesmo de fazermos isso, o que podemos entender por governamentalidade neoliberal e como podemos relacioná-la com a trajetividade biopolítica?

Se situarmos o neoliberalismo na chave de leitura dos focos de experiências, podemos dizer que temos uma nova intensidade de forma de governo expressado em estratégias próprias. Essa estratégia própria é a elevação à última potência do poder de abstração que a biopolítica foi capaz de elaborar. No registro biopolítico, um indivíduo não é mais um corpo individual. É, antes de tudo, uma cifra, um número, um código ou, no limite, um corpo abstraído em um núcleo populacional passivo de gestão administrativa, visando qualquer instância de sua vida.

Foucault (2004) mostrara em *Sécurité, territoire et population* que o liberalismo emerge no século XVIII com o intuito de delimitar o excesso do

poder soberano. Armando-se com estratégias de racionalidade administrativo-política, o jogo do liberalismo clássico consistia em “deixar as pessoas fazerem (iniciativa de mercado), as coisas acontecerem (regulação própria do mercado), as coisas irem (regulação entre demanda e oferta livre), *laissez-faire*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, deixar que a realidade se desenvolva e siga seu curso segundo suas próprias leis, os princípios e os mecanismos que são aqueles da realidade” (2004, p.49). A dificuldade, contudo, está justamente no que se entende por realidade, uma vez que para o liberalismo toda ação livre, e a própria compreensão da liberdade, como mostrou Foucault, vincula-se no interior de mutações e de transformações de tecnologias de poder. Assim, “a liberdade não é outra coisa senão o correlativo da criação de dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2004, p.50).

Mas se isso não é suficiente, talvez, para entender que liberalismo e biopolítica são faces de um mesmo foco de experiência, a argumentação de Ludwig Von Mises para definir a doutrina sócio-político-econômica do liberalismo acaba por nos convencer. Para ele, o liberalismo é uma “doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens neste mundo” (1987, p.6). Aportada na razão, o liberalismo visa à felicidade do homem neste mundo. A felicidade, porém, não existe sem a “liberdade” e a “paz”. Por sua vez, liberdade e paz são essenciais para assegurar o direito livre à propriedade. Portanto, “tudo o que [serve] para preservar a ordem social é moral” (VON MISES, 1987, p.39). Existindo essa moral, a ordem que garantirá a propriedade privada vem de um Estado apenas capaz de administrar os dispositivos de segurança liberal, a fim de cumprir a função de “proteger a propriedade, a liberdade e a paz” (VON MISES, 1987, p.39).

Ora, os mecanismos de incitação e de regulação de fenômenos sociais, tais como imigração, controle de natalidade, acesso a bens de consumo, controle de acesso a vias de mobilidade, permissão à eutanásia ou não, derivam, sob tal conjuntura, das estratégias administrativas que não fazem crer que tudo é feito para o nosso bem e, claro está, assegurando a nossa pretensa liberdade de escolha. Com o liberalismo, a política especializou-se neste jogo de incitação e regulação dos fenômenos sociais em escalas macropopulacionais.

A diferença entre o liberalismo e o neoliberalismo, contudo, situa-se na mutação das intensidades dos focos criativos de novas estratégias desse controle que não é mais feito apenas por uma polícia ou uma política especializada, mas por mecanismos de oniconroles. Em especial destaca-se o endividamento circular das pessoas, correlacionado à substituição do trabalho pelo capital. O endividamento, neste caso, controla a virtualidade dos ganhos reais, como é o caso do cartão de

crédito. Com ele, acessa-se a um capital virtual que o trabalho ainda não foi capaz de produzir. No entanto, no instante em que o capital for produzido, imediatamente ele será sequestrado pela dívida, gerando um processo circular de mais produção para pagar a dívida que se enrola em um futuro incansável.

Em tal sociedade, também é produzido o gerenciamento de mecanismos de insegurança contínuos. Uma vez que o acesso ao trabalho como meio de subsistência diminui, emergem os discursos “científicos” em torno do empreendedorismo de si com o intuito de defender a liberdade e o esforço de cada um, face à escassez relativa (RESENDE, 2014). Por decorrência, forja-se uma política do saber cuidar de si mesmo, no âmbito da popularização do *self care*, com o intuito de maximizar a autorresponsabilidade sobre o uso correto do corpo, da alimentação, do prazer, do conhecimento, do tempo e de tudo que diz respeito ao viver. Revistas especializadas de toda ordem, canais de televisão temáticos, programas de rádio, colunas especializadas nos jornais, enfim, todo um foco de experiência se consagra à formação de populações inteiras que saibam viver bem.

Como se vê, biopolítica e governamentalidade neoliberal compõem uma trajetividade incontornável em nossos focos de experiências históricas. Mas como essa relação está presente em estratégias relacionadas com a educação, entendida de modo amplo? Ou mais precisamente: como essas estratégias de governamentalidade neoliberal incidem em uma biopolitização da educação ou das experiências educativas?

2. Cenas de trajetividades biopolíticas na produção de experiências educativas neoliberais

2.1 A trajetividade do saber: aprenda, aprenda, aprenda... para ir bem nos testes. Ou, como ser educado para estar na população certa

Conhecemos as tirinhas e as boas tiradas de Quino, cartunista argentino criador da personagem *Mafalda*. Em uma de suas tirinhas (2010, p. 420), *Liberdad*, amiga de *Mafalda*, está diante de uma professora que lhe apresenta, traçado na lousa, um triângulo equilátero. Eis a cena: a professora aponta para a lousa e lança a pergunta à *Liberdad*: “vejamos *Liberdad*, este é um triângulo... Como?”. Primeira resposta de *Liberdad*: “como deus manda!”. “Não! Olhe melhor”, diz a professora, que tenta outra estratégia: “Se este lado, e este lado, e este lado medem o mesmo... é um triângulo?”. “Chatíssimo”, responde a aluna. A professora, desalentada, tenta novamente: “Claro que não!!! Um triângulo cujos lados são todos iguais... é...”. E imediatamente *Liberdad*, como que num

ímpeto de esclarecimento, responde: “ah... é *socialista*”, para a estupefação de sua professora.

Esta cena é reveladora por, no mínimo, três razões. Ela nos faz indagar as estratégias capazes de fundamentar o verdadeiro e o falso na ordem das representações e das discursividades no amplo cenário da educação. Em que *Liberdad* se engana ao dizer que um triângulo com todos os lados iguais é chatíssimo, ou é como deus manda ou um socialista? Para essas possibilidades de respostas serem consideradas como erro, equívoco, mentira ou engano, é preciso dar a um aspecto determinado do conhecimento o estatuto e o grau de verdade, cujo princípio se resguarda na eficácia de uma antecedência verdadeira, isto é, de uma relação com certa identidade que nos ensina a objetividade da própria verdade. Em outros termos, um tipo determinado de saber foi capaz de fundamentar uma verdade para aquele triângulo: verdade incontornável, demonstrável, comprovada, criadora de identidade que, ao lado das respostas distintas do que tal verdade fundamentou, temos o erro, o desvio, o engano.

Mas a cena também revela que as estratégias da verdade estão ao lado de uma instituição de mérito da verdade, ou melhor, instituição produtora de verdade em larga escala, isto é, em escala populacional. Aqui, *Liberdad* é apenas uma amostragem individual a ser regulada de modo correto para inserir-se corretamente na população de alunos: ou dos alunos que aprenderam ou dos alunos que não aprenderam. A cena se desenrola em uma sala de aula, em uma classe cuja professora se encontra frente a frente com a aluna que não soube acessar corretamente a verdade. O episódio tem de se repetir indefinidamente até que a resposta correta seja forjada, extraída, capturada pela força institucional que, para o bem da verdade, protege e repete a própria verdade. Há uma representante das regras da verdade, a professora, que, respaldada por uma instituição, a escola, colocará em funcionamento toda série de ritual capaz de operar a favor do verdadeiro.

Finalmente, a verdade que se busca alcançar nesta cena – a verdade acerca do que venha a ser um triângulo de lados todos iguais – é da ordem restrita ao conhecimento. O que se define para *Liberdad* é uma condição prévia para o seu acesso à verdade. Em termos mais simples, enquanto sujeito, *Liberdad* não participa da constituição da natureza do triângulo, muito menos faz da apropriação da verdade do triângulo um elemento modificador de sua condição subjetiva: ou ela aceita esta verdade, ou ela, por rejeitá-la, não aceitá-la, recusá-la, sofre um conjunto de sanções por se opor à verdade.

De quantas *Liberdad* uma escola é constituída? Qual a relação existente entre o fato de *Liberdad* ter de saber o que é um triângulo equilátero

com a sua condição de vida, ou melhor, com o seu modo de ser e o que pode afetá-la para uma transformação de si? Não é apenas do conhecimento isolado de toda uma série de possibilidade de constituição do sujeito que a educação tem se construído em nossa contemporaneidade? Mas, o que é pior, não é toda a série de implicações existentes entre o conhecimento e a tradição, entre o conhecimento e a instituição, entre a produção de saber e a demanda institucionalizada dos saberes, que fazem perdurar um determinado tipo de verdade: formação humana como empobrecimento de perspectivas?

Mas alguém poderia contraindagar: não existe, de fato, um triângulo de lados iguais que deve ser ensinado de forma adequada e como verdade geométrica inconteste? Conhecer esta dimensão não é necessário à formação de competências humanas? Certamente que sim. Mas qual é a lógica de relação com o espaço, contudo, que está em jogo quando isto é ensinado a alguém? Que tipo de verdade é invocada para consagrar a tarefa de saber, de aprender, de conhecer e de reproduzir uma perspectiva? Que preço se paga por esta verdade? É disto que se trata, isto é, termos ou não a consciência das matrizes com as quais a verdade continua a produzir realidade interpretativa, constituição subjetivante, posturas cotidianas, ligações entre acontecimentos e percepções dos acontecimentos para grupos populacionais inteiros.

Parece-me que a trajetividade da experiência de saber na biopolítica foca a disjunção completa entre a verdade capaz de transformar o sujeito e a verdade capaz de adaptar o sujeito. Aprender, aprender, aprender para ir bem na vida – misteriosamente – ir bem na vida. Samuel Beckett (2015, p.15), em seus *Textos para nada*, nunca esteve tão próximo de nós: “os conhecimentos [e os saberes] estão aí, luzindo alternadamente, próximos e longínquos, piscam sobre o abismo, cúmplices”. O que importa é saber do que e para que as experiências educativas forjam cumplicidade.

2.2 A cena da trajetividade de planificação: ou estratégias de alisamento subjetivo ou o complexo de Malvina Reynolds

Entre o Paquistão e a República Popular da China, no sudoeste da Ásia, encontra-se a região de Ladakh, na Índia. Ladakh compõe um dos cenários do documentário de Carol Black, de 2010, cujo título é: *Escolariando o mundo*. Por volta dos 42 min. do documentário, surge em cena uma garota, aparentemente por volta dos 10-11 anos, que nos diz o seguinte: “Minha escola é de currículo britânico. Todas as crianças estão falando em inglês. E quando elas estão no playground também estão falando em inglês. Em classe também, em todos os lugares da escola te-

mos que falar em inglês. Se alguém falar em outra língua, *ladakhi* ou *hindu*, o professor dá uma punição” (BLACK, 2010, 0’:42”). A sua interlocutora lhe indaga: – ‘O que acontece quando alguém é punido?’. “Dinheiro. Sim, é uma multa em dinheiro de 5 rúpias”. A garota deu toda a explicação em inglês, com um ótimo inglês. Em seguida, o [...] Diretor explica: isso é necessário, “porque o inglês é a língua que comanda o mundo” (BLACK, 2010, 0’:43”).

É certo que essa cena não seria possível se uma série de professores não fosse formada com o propósito específico de ministrar aulas apenas em inglês. E também se eles não estivessem afinados com o propósito de certa arte de governar forjando o estatuto de verdade ao princípio de que “o inglês é a língua que comanda o mundo”.

Mas o que me interessa não é a face luminosa da cena, isso a que somos conduzidos a ver e a ouvir. O que me interessa é toda a trajetividade de produção de esquecimento ao redor de uma escolha forçada, e o que não vemos e não ouvimos. Não se fala mais *ladakhi* ou *hindu* na escola, e tudo o que se liga a essas línguas, como expressão e experiência de possibilidade cultural, é reduzido até o seu apagamento, até a sua dissolução. Estamos diante de um caso de produção de monocultura de saberes e de aspectos afetivo-perceptivos cada vez mais evidente em nossa contemporaneidade. E a monocultura do saber é um foco de experiência na produção de alisamentos subjetivos, algo tão necessário para a alocação, a distribuição, a efetivação e a calculabilidade dos indivíduos em grupos populacionais.

Por isso mesmo, na trajetividade de planificação, a biopolítica opera a administração das formas diferenciais dos feixes de potencialidade subjetiva dissonantes, em nome do bem de todos, em nome da qualidade de vida, em nome das formulações para o futuro, em nome dos fluxos objetivos e justificados pela eficiência de toda legitimação da racionalidade de governamentalidade, sufocando, assim, qualquer espécie de contradição, como a de falar *hindu* ou *ladakhi*.

Nessa conjuntura, a minha suspeita é que passamos a privilegiar apenas alguns focos de experiências em detrimento de outros. Depositamos na mesa reguladora das apostas todas as fichas de experiências que poderiam nos permitir a falar, a compreender e a nos relacionar no mundo de outras e com outras maneiras. Ou ainda, amparamo-nos em um repertório reduzido de empirias no lugar de ampliar a nossa caixa de ferramentas para além daquilo que nos domina. De certa forma, acabamos por nos transformar, tal como no caso da garota de Ladakh, em pessoas monoexperientes.

Não pensemos, contudo, que a monoexperiência é a fixação permanente de uma experiência. Ao contrário, a monoexperiência é a dissolução de todo vínculo com aquilo que um dia foi uma tradição, um empoderamento geracional com finalidades bem claras. Em tempos de alisamento subjetivo, somos dissolvidos na intencionalidade neoliberalizante dos interesses fluidos, úteis em certo instante, instaurando o passageiro, a destruição da memória, os modismos de toda ordem. E, assim, muitas experiências com o pensamento são ignoradas, quando são extremamente relevantes para demarcar a dimensão de nossos focos de experiências, como historiava Foucault, para mostrar os limites perdidos de nossas relações com os saberes possíveis, com as estratégias que nos governam por intermédio de matrizes de comportamento e por intermédio de constituições subjetivas possíveis.

E não seria ignorando, ou apagando a penumbra de nosso rosto histórico, o fim de toda experiência repertoriada em empiricidades, e com isso a transformação da formação do professor numa mera redução astuta de uma estratégia discursiva de governamentalidade: afinal, a quem interessa mudar algo em nome de uma experiência possível?

Eis o complexo de Malvina Reynolds, traduzido na adaptação da letra da canção *Little boxes*, ou simplesmente *Caixinhas*, de Malvina Reynolds (1962):

Caixinhas na ladeira,
Caixinhas feitas de pequenas caixinhas
Caixinhas na ladeira,
Caixinhas – todas iguais.

Há uma cor-de-rosa e uma verde
E uma azul e uma amarela
E todas elas são feitas de pequenas caixinhas
E todas elas parecem simplesmente iguais.
E as pessoas nas casas
Todas foram para a universidade,
Onde foram postas em caixas
E saíram todas iguais.
E há médicos e advogados
E executivos,
E são todos feitos de material medíocre
E todos eles parecem simplesmente iguais.

E todos eles jogam no *campo de futebol*
E bebem suas *cervejas*
E todos eles têm crianças bonitas,
E as crianças vão à escola
E as crianças vão ao *shopping center*

E então para a universidade,
Onde são postas em caixas
E saem todas iguais.

E os garotos entram para os negócios
E se casam e criam uma família
Em caixas feitas de material medíocre
E todas parecem simplesmente iguais,
Há uma cor-de-rosa e uma verde
E uma azul e uma amarela,
E todas elas são feitas de pequenas caixinhas
E todas elas parecem simplesmente iguais.

2.3 *A cena da trajetividade da perfeição: ou como tornar suportável um mundo insuportável, ou não esqueça de tomar o seu remédio*

“A partir das ruínas, as comunidades foram erguidas. Protegidas pelos limites. Todas as lembranças do passado foram apagadas” (NOYCE, 2014, 0’:17”). O texto surge projetado na tela escura. São as considerações iniciais, ou a linha-mestra do filme *The giver*, traduzido em português por *O doador de memória*. Em seguida, os primeiros planos, em sobrevoo dinâmico, das comunidades mencionadas. Uma imagem basta para uma compreensão: trata-se de um conjunto ordenado de casas e de ruas em meio a uma vegetação bem distribuída. Prevalece o tom de um sépia claro em toda cena, aliás, como em boa parte do filme. Vê-se com clareza o realce na padronização bem arquitetada, tanto da cidade erguida quanto da tonalidade cinematográfica. Concomitante ao surgimento desse plano, uma voz em *off* redeseja os termos iniciais, dizendo:

Após as ruínas, nós recomeçamos, criando uma nova sociedade. Uma com verdadeira igualdade. As regras foram os elementos básicos dessa igualdade. Nós aprendemos quando crianças regras como: “usar discurso claro”; “usar suas roupas designadas”; “tome seu remédio pela manhã” – injetável; “obedeça ao toque de recolher”; “nunca minta” (NOYCE, 2014, 0’:35”).

Entre o sujeito indeterminado da frase projetada na tela escura, “a partir das ruínas, as comunidades foram erguidas” e o anúncio da voz em *off* de um sujeito coletivo, “após as ruínas, nós recomeçamos, criando uma nova sociedade”, encontram-se focos de experiências precisos na produção de uma trajetividade da perfeição: a construção de uma sociedade com verdadeira igualdade. Nesta sociedade futurista, a formação é contínua, assim como a avaliação de sua população é contínua. Isso jamais seria possível sem a trajetividade de um saber cindido com a produção de si e a trajetividade de planificação. A busca pela perfeição, em

termos neoliberais, mais uma vez, é a aposta na formulação para o futuro e na assunção de toda estratégia para o bem da qualidade de vida.

O prenúncio do desenrolar das cenas em *The giver*, desde a articulação territorial de suas comunidades, supõe uma reconstrução sem sujeito, isto é, uma série de atividades de recomposição territorial, de suas dimensões e de suas finalidades sem a clareza de seus agentes: “a partir das cinzas das ruínas, as comunidades foram erguidas”. Não distante desse contexto, encontram-se a tônica dos limites e a do pagamento da memória. A voz em *off* apenas remarca o pertencimento de si mesma e dos demais integrantes às comunidades reconstruídas como retomada do que já fora erguido de maneira indeterminada. Os espaços estão todos dados: e não há como deles fugir. Mas as atividades também estão todas dadas; e estão todas medicalizadas para se conformarem ao estatuto de normalização. Por não saber como se deu um novo princípio, e num jogo de palavras, porque os princípios de um território já demarcavam a sua geografia, tais sujeitos engajam-se em sua reconstrução: “após as ruínas, nós recomeçamos criando uma nova sociedade”. Sociedade para a qual o fio da balança é a obediência às regras estabelecidas visando a uma “verdadeira igualdade”.

Esses elementos compõem a trajetividade da perfeição dessa sociedade futurista, mas também compõem qualquer sociedade atual, uma vez que a função primordial da busca pela perfeição é, nesse caso, impedir a produção de tudo que difere e de toda trajetividade diferente às que são impostas pela biopolítica.

Mas isso seria tão insuportável se os seus sujeitos não se entregassem às terapias próprias para tornar o insuportável algo suportável. Fazer do impossível e do impensável lugares habitáveis é absolutamente proibido. E a minha indagação para a educação seria a seguinte: até que ponto a estratégia da educação biopolitizada não é justamente a de educar para o insuportável? E com isso já não poderíamos desconfiar por que as coisas continuam sendo como são quando já poderiam ser completamente diferentes do que são?

3. A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal: em busca de outras trajetividades

Pode parecer que a ideia de função-educador seja apenas uma forma distinta ou rebuscada para nos referirmos ao professor ou ao educador. Mas não é. A função-educador é um conceito operador, logo, possui

força própria. E, nas fronteiras de sua especificidade, quer dizer justamente que nem todo professor, infelizmente, exerce a função-educador¹.

Tomando a função-autor como ponto de partida e noção intercessora, suponho que a função-educador pode ser pensada como um tipo específico de posição de um sujeito no interior de uma sociedade, relacionando-se direta e indiretamente com certos dispositivos, táticas e estratégias de artes de governo, fazendo circular um conjunto de verdades. Essas verdades podem tanto ser de caráter dominante-reprodutor, recepcionadas, instaladas e dissipadas em mecanismos políticos de uso e de aplicação de forças quanto de abertura, ou seja, de confronto de forças e de ampliação dos espaços de suas relações. Para tanto, a função presente na função-autor pode contar em sua analítica com três perspectivas coincidentes com a função presente na função-educador: a) relação de apropriação; b) criação de descontinuidades; c) e atribuição, ligada ao posicionamento variante do sujeito.

A relação de apropriação na função-educador pretende trazer a lume a possibilidade de trânsito e o próprio posicionar-se do educador nas redes de atuação transgressora nas quais poderá se envolver. O que estou tentando dizer é o seguinte: o educador é convidado a procurar e a criar, desde as margens de reconhecimento tanto político quanto legal, propostas, ações e práticas que não sejam necessariamente as esperadas. A relação de apropriação na função-educador é uma tentativa de movimentação nas e para as margens dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, tentando se chegar à forja de novos lugares perpassados por novos saberes e relações de forças.

Já a produção de descontinuidade, nesse horizonte, viria da sensibilidade de o educador compreender que no ato da formação prevalece também uma pluralidade de *egos*. Em outros termos, o próprio conhecimento com o qual ele tenta correlacionar-se está cercado de vozes heterogêneas que deveriam impedi-lo de se enxergar como “proprietário” do conhecimento. Claro que ele o singulariza. Entretanto, ao se posicionar desse modo, ele poderia se abrir para uma variação maior de posições acerca do entendimento de um domínio, matéria, questão, pois tentaria se deslocar para além de uma mesma perspectiva reprodutora. Educar seria, assim, colocar-se sob um umbral de uma relação prático-discursiva onde o outro também é levado em consideração. Mas é também tentar multiplicar a quantidade de umbrais em acontecimentos possíveis. Em suma: a pluralidade de *egos* pode representar a ordem do incalculável presente nas relações formativas.

1 Para aprofundamento à noção de função-educador indico: CARVALHO, Alexandre Filordi de. *Foucault e a função-educador*. 2.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014a.

No entanto, assim como a função-autor criou algo novo tensionando a configuração do poder hegemônico, sobretudo no âmbito de nossas relações com o conhecimento, com os saberes, com as práticas, etc., a função-educador é uma maneira de pensarmos como o educador também pode tensionar a configuração das relações de poderes hegemônicos. Nesse caso, a emersão de toda criação de descontinuidade, pela função-educador, passa também a estar consignada às possibilidades que o próprio pensamento concede como experiência de singularização e de transformação voltadas para a constituição de condições de variabilidade dos sujeitos. Permitir a produção de funções distintas daquelas que os sujeitos se encontram, vivem e experimentam o mundo, a ordem das coisas, constituem seus sonhos, enfim, como se voltam frente a frente para as velhas finitudes da existência – viver, trabalhar, conhecer – é um desafio incansável. Por isso mesmo, a função-educador é convidada a tornar-se instrumento em favor da criação de outras conexões para as relações de si a si, de si ao(s) outro(s), de outro(s) ao(s) outro(s).

Em que pese a tais questões, creio ser possível resumi-las da seguinte maneira. O educador, em sua individualidade, sempre está situado numa posição de sujeito. Entretanto, não despreza a inter-relação com a posição de outros sujeitos. Levando em conta a analítica de sua função – a função-educador – é possível ao educador, enquanto sujeito, na posição de formador, de condutor, de governador², criar tensões nas linhas contínuas de forças que remetem às experiências de formação humana, quase sempre ligadas à formação de subjetividades já mapeadas e percorridas. A função-educador se dispõe a tornar possível outras posições para os sujeitos envolvidos no empreendimento da formação, inclusive para si mesmo. Por seu intermédio, são reexaminados os privilégios dos sujeitos e os elementos condicionantes envolvidos ali.

Por meio da relação de apropriação, de atribuição e de criação de descontinuidades, o educador faz operar experiências de libertação em domínios constantes e lineares a partir de si mesmo. Assim, ele vai ao encontro da constatação de que é fundamental permitir possibilidades capazes de intermediar uma construção de si mesmo ativa, isto é, remarcar que a função-educador está disposta num jogo de abertura onde a função-sujeito-educador e a função-sujeito-educando não cessam de ser

2 Especificamente quanto à ideia de governo, remeto o leitor para a própria expressão de Foucault: “o professor governa” (1994, p.571). Entendo que essa afirmativa situa o professor/educador na esfera do uso, aplicação e mutação de relações de forças, isto é, em certos domínios da educação enquanto ferramenta que passa pela mão de quem conduz, portanto, “governa”. De tal modo, tais domínios estão distribuídos e arranjados em “relação de governo”, ou seja, “de condução que podem ser estabelecidas entre os homens” (FOUCAULT, 1994, p.751). Educar implica formar, que implica conduzir, que implica governar.

construídas. E pode ser na promoção de novas formas de subjetividades, a partir das experiências de formação, no confronto de todo tipo de individualidade que nos foi imposta durante muito tempo, que a função-educador é chamada a se colocar e operar. Ela sempre se deparará com os termos da ritualização da palavra, com os jogos de qualificação, desqualificação e fixação dos sujeitos, com a força normativa dos grupos doutrinários e das forças finalizadoras em todo discurso e saber. Mas concernente à função-educador, o ponto problematizador continua sendo o de indagar, ante toda série de prática e experiência do educador, qual destino ele dará para si mesmo em sua relação consigo e com os outros.

Do ponto de vista da função-educador, a subjetividade ativa encontrar-se-á na esfera de todo processo de criação que representa a dessujeição do educador dos mecanismos que aprisionam e normalizam suas ações, gestos e práticas que o finalizam como sujeito. Tal perspectiva pode ser exemplificada na análise de três campos pelos quais a função-educador é convidada a se colocar no fluxo da produção e deflagração de experiências de subjetividades ativas. Trata-se de a) a relação do educador com a crítica, b) o educador no papel de intelectual específico e c) o educador na posição de educador infame.

3.1 Função-educador e crítica

No campo do pensamento foucaultiano, a crítica vai exercer, em primérrima mão, uma função interventora de limite aos excessos de governo e de condução que atingem amplas esferas da existência. O que acontece toda vez que obedecemos? O que é ativado? O que está em jogo? Se a educação também é uma arte de governar, a crítica, neste caso, é uma capacidade de impor limites aos excessos de governo. Consequentemente, a crítica busca transformar as relações estabelecidas numa perspectiva de poder, produzindo outras relações mais abertas, fluidas, heterogêneas, menos arborescente e mais rizomática.

A crítica, entretanto, não visa a uma opção total e generalizada, a um tipo de revolta abstrata contra toda forma de governamentalização. A sua aposta encontra-se nos esforços e nas estratégias em torno da efetivação da singularização de ações que denunciam a abstração massificadora. Isto é muito claro na dimensão formativa institucionalizada. A instituição tem enorme dificuldade em tomar as resistências singulares como elemento de uma crítica criativa aos seus domínios, às suas estratégias de governo e aos seus princípios de condução. Imediatamente, ela convoca estratégias para colocar, por assim dizer, a casa em ordem.

No caso da educação, trata-se de se pensar a possibilidade de fraturar os focos de experiência que impedem outras derivações de saberes e

de práticas que não sejam as já institucionalizadas em seus governos. Em causa encontra-se a ativação das incoerências em face de um sistema normalizador de saberes, de matrizes de comportamento, de possíveis e de impossíveis para certos modos de ser. Com efeito, desinstitucionalizar a educação implica em um constante exercício de questionamento das forças constrangedoras da instituição escolar, dos limites impostos a cada sujeito no que diz respeito ao pensar, ao saber, ao fazer, ao poder ser; implica duvidar dos significantes mestres interpostos entre os jogos de qualificação e de desqualificação administrados (CARVALHO, 2014b). Desinstitucionalizar a educação também é ativar posturas e ações para “não aceitar como verdade o que uma autoridade nos diz que é verdade” (FOUCAULT, 1996, p.385). Por isso mesmo,

a crítica é o movimento para o qual o sujeito dá a si mesmo o direito de questionar a verdade concernente aos efeitos de poder e questionar o poder referente aos discursos de poder. Crítica será a arte da insubmissão voluntária, da reflexão indócil (FOUCAULT, 1996, p.386).

3.2 Função-educador como intelectual específico

Todo educador, no limite, pode se colocar como um intelectual específico, pois circunscreve-se a uma área que pressupostamente domina. Em qualquer área ele pode mostrar, não importa a quem, que as pessoas “são mais livres do que elas pensam, que o que elas tomam por verdadeiro, por evidente, não passa de temas fabricados em um momento histórico, e que esta pretensa evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 1994, p.778).

Situada desta maneira, a tarefa intelectual na função-educador é um convite à transformação das relações de entendimento e de valoração preponderantes na atualidade. Não devemos nos esquecer que ao ensinar e formar, valer-se de uma ligação subjetiva com outrem, o educador está estreitamente vinculado à produção de verdade. E uma vez que no interior de todo saber circula uma verdade, constituir um novo regime político da verdade, segundo propõe Foucault, torna-se um desafio que se interpõe no caminho de todos os que “fazem funcionar sua posição específica na ordem do saber” (1997, p.155).

Se pensarmos no papel do intelectual específico na função-educador, vemos que temos um convite à transformação das relações de entendimento e de valoração preponderantes na atualidade. Quer dizer que o educador é convidado a se colocar para além de suas atribuições burocráticas, fazendo dos saberes que domina uma navalha de cortar consenso, hegemonia, homonormatividades, repetições normativas e, sobretudo,

do, condutas paralisantes de qualquer potencialidade criadora. Não devemos esquecer-nos que ao ensinar e formar, valer-se de uma ligação subjetiva com outrem, o educador está estreitamente vinculado à produção de verdade. E uma vez que no interior de todo saber circula uma verdade, constituir um novo regime político da verdade é sempre um desafio, como gostava de mencionar Foucault. Por isso mesmo, tal postura torna-se um ponto de tensão interposto no caminho de todos os que fazem funcionar sua posição específica na ordem do saber.

3.3 O educador infame na função-educador

Em *A vida dos homens infames*, Michel Foucault mostrou a história revigorada pelos acontecimentos não notados ou quase despercebidos, que testemunham e dão prova do mundo real sobre o qual nos colocamos, mas nem sempre damos conta de sua existência. A vida dos homens infames é a “história minúscula”, que cativa e anuncia “vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estanhos poema” (FOUCAULT, 1997, p. 237).

O educador infame é o educador vivo que, ao ensinar e ao se relacionar com os seus alunos, afirma toda singularidade humana destituída de fama. É ele um estranho poema despercebido, porém, dignificado e invocado como parcela viva da história, fazendo girar as experiências mais reais, menores, nem sempre vistas e valorizadas, mas que estão lá, aqui, além de aqui: em todos os recantos, formas, experiências em sala de aula – nos cem lugares possíveis. O educador infame tem o seu conhecimento voltado à pontualidade do acontecimento real. Os infames: todos aqueles ligados a uma realidade em que eles “se referem, operam como uma peça na dramaturgia do real” (FOUCAULT, 1997, p.239-240).

No registro do infame, o educador deixa de ser o sujeito caçado do mundo e passa a instilar “germes de um novo modo de existência” (DELEUZE, 2006, p.132). O educador infame traz para o âmbito do acontecimento histórico todo tipo de experiência que, outrora, estava condenada a passar “debaixo de todo discurso e a desaparecer sem jamais ter deixado algum traço” (FOUCAULT, 1997, p.241). Ele pulveriza e espraia as dimensões de possibilidades de experiências de rompimento com o localizado, com o hegemônico, com o homônimo. O infame desapostiliza e desvestibulariza a existência. Por isso mesmo, passa a afrontar os canais de forças reprodutoras do modo de ser educador e do modo de ser educando.

Além de tudo isso, o infame é um nível de experiência fundamental aos processos de desinstitucionalização das relações humanas por intermédio da educação. Se de um lado toda a instituição requer para os seus

sujeitos o cumprimento de seus rituais, inclusive nas formas mais perversas e hierárquicas possíveis, de outro lado, o infame afirma-se como experiência de libertação possível ante tais rituais, pois o que mais importa é a consistência subjetiva dos sujeitos desde a potencialidade criadora de outras experiências à margem do institucionalizado.

O educador infame, dessa maneira, traz para o âmbito do acontecimento histórico todo tipo de experiência outrora condenada a passar debaixo de todo discurso normativo e regulador, tal como ocorre nos condicionantes históricos da biopolítica. Trata-se, no mínimo, de resistir às estratégias de culpabilização que tanto Guattari falava acerca do poder das máquinas capitalistas. Culpabilização que engendra em nós todo tipo de complexo de inferioridade e de insatisfação humana. O educador infame, neste sentido, também é uma aposta na própria sanidade.

Ponderações finais

Partindo do pressuposto de que a biopolítica investe sobre coletivos com o intuito de administrar a vida dos indivíduos ligados a qualquer coletividade, três aspectos eu destacaria entre a função-educador e biopolítica.

As escolas são organizadas por classes de alunos. Mas no que esses alunos se transformaram na sociedade biopolitizada? Eles foram reduzidos a índices, a escalas, a um cálculo de probabilidade, a uma soma distributiva, a um custo previsto e a uma calculabilidade econômica. Assim, cada aluno não é mais um indivíduo, mas um átomo fictício a ser administrado. A função-educador, nesse sentido, é convidada a agir como um tensor nessa estrutura biopolítica. Especificamente, ela é desafiada a tratar a formação do aluno como pessoa, como sujeito com potencialidade de romper com as abstrações populacionais que roubam dele voz e vez históricas.

Mas, na outra ponta, em segundo lugar, essa mesma atuação da função-educador deve ser destinada para si mesmo. Quer dizer, na mesma proporção que o aluno como indivíduo se perde na biopolítica, o mesmo ocorre com o educador. Logo, a função-educador é um refazer-se micropolítico ante as próprias tarefas e as incumbências que a relação com a educação supõe e exige de um educador. Ser educador não é cumprir uma demanda burocrática nem uma tarefa repetitiva. Tampouco é fazer de sua ação e de sua presença um ecoar de previsibilidades.

Por conseguinte, em terceiro lugar, a função-educador é uma experiência encarnada a fim de intentar desinstitucionalizar as relações estabelecidas nos dispositivos educacionais. A biopolítica opera no automatis-

mo da institucionalização. Por isso que Deleuze associou biopolítica com sociedade de controle, pois as etapas a serem cumpridas na vida estão todas dadas, pressupostas, administradas. Ora, desinstitucionalizar a educação é justamente quebrar a relação cíclica dessa lógica.

A função-educador, com isso, não pode ter a ingenuidade de que reformará a escola ou qualquer instituição. Ela deve ter a clareza de sua atuação no nível da micropolítica, no âmbito das pequenas descontinuidades, no oportunismo de uma experiência que forja um novo acontecimento. Ela tem de cavoucar na burocracia espaços e lugares para tanto. Mas acredito ser o interior da sala de aula um lugar privilegiado para romper com a lógica das abstrações populacionais da biopolítica. E isso já não começaria se fôssemos capazes, por exemplo, de saber o nome das pessoas com as quais nos relacionamos no cotidiano da educação, respeitando as suas singularidades e suas respectivas diferenças subjetivas?

De todo modo, nenhum aspecto da prática docente deve contemplar a realização de sua satisfação naquilo que faz: ensinar, educar e formar sujeitos na dimensão de uma experiência subjetiva ativa. Por isso mesmo, somos incitados a continuar problematizando a nossa atualidade com a educação. Mas aí seria interessante manter em vista, como nos alertara Beckett, que as saídas não estão prontas e precisam todas serem feitas, pois “Se eu dissesse, ali há uma saída, em algum lugar há uma saída, o resto viria” (2015, p.41).

Referências

- BECKETT, Samuel. *Textos para nada*. São Paulo: CosacNaify, 2015.
- BLACK, Carol. *Escolarizando o mundo*. [Documentário]. Produção de Carol Black. EUA/Índia: 2010, 66'min.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. *Foucault e a função-educador*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014a.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e a crítica à institucionalização da Educação: implicações para as artes de governo. *Revista Pro-Posições*, v. 25, n. 2 (74), p. 103-120. maio/ago. 2014b.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits III*. Paris: Gallimard, 1997.
- FOUCAULT, Michel. “What is the critique?” In: SCHMIDT, J. *What is enlightenment?* Los Angeles: University of California Press, 1996, p.382-398.
- FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- NOYCE, Phillip. *The giver*. [Filme]. Produção de Walden Media. EUA: 2014, 1h37min.
- QUINO. *Toda Mafalda*. Buenos Aires: Ediciones de la flor, 2010.

RESENDE, André Lara. *Da Escassez Absoluta à Relativa: riqueza, crescimento e desigualdade*. Instituto de Estudos de Política Econômica, 2014. <http://www.iepecdg.com.br/uploads/texto/Riqueza,%20Crescimento%20e%20Desigualdade.pdf>. Acessado em 10 de out. 2015.

REYNOLDS, Malvina. *Little boxes*. Schroder Music. Copyright, 1962.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. São Paulo: Editora 34, 1993.

VON MISES, Ludwig. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio e Instituto Liberal, 1987.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávoro
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowa e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Liberdade* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frígidos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga



Alexandre Filordi de Carvalho. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e graduado em pedagogia pela mesma instituição. Atualmente, é professor de Filosofia da Educação na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e de seu Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Saberes, Sujeitos e Processos Educativos. É membro da Associação Latinoamericana de Filosofia da Educação – ALFE; In-

tegra o GT Filosofia da Educação como parecerista Ad hoc de seus trabalhos científicos junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação ANPED. Líder do Grupo de Estudos em Filosofia para a Educação (GEFE), pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em Diferenças e Subjetividades em Educação – DiS – (FE/UNICAMP) e pesquisador no Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Cotidiano Escolar (GEPPECE/UNIFESP) na linha de pesquisa Subjetividade e Cotidiano Escolar. Tem experiência na área de Fundamentos da Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, investigando os seguintes temas: educação, governamentalidade, sujeito, produção de subjetividades e de diferenças no campo educacional.

Algumas obras do autor

CARVALHO, Alexandre Filordi de (Org). *Didáticas para as diferenças*. Campinas: Pro-Posições/FE – UNICAMP, 2015.

_____. *Foucault e a função-educador*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

_____. *Foucault e a educação: é preciso pensar e agir de outros modos* (Org). Dossiê Educação Temática Digital. Campinas: ETD-Unicamp, 2010.

Outras Publicações

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A educação como ruptura, não como institucionalização. Entrevista com Márcia Junges e Ricardo Machado. *Revista IHU On-Line*, n. 472. [14.09.2015]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

_____. A função-educador e a educação desviante. *Revista IHU On-Line*, n. 374. [26.09.2011]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

_____. Do gozo Ubu ao gozo degenerado: a afirmação de sexualidades heréticas a partir de Foucault. *Revista IHU On-Line*, n. 335. [28.06.2010]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

_____. Foucault e a questão da crítica em torno da biopolítica. *Revista IHU On-Line*, n. 203. [06.11.2006]. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



UNISINOS